

Exclusivo: o negócio milionário por de trás da instalação de uma usina termoelétrica em Brasília

Por Cláudio Magnavita*

Se jabuti não sobe em árvore, usina termoelétrica não brota no Cerrado brasileiro do nada. Foi a reportagem do Correio da Manhã, assinada pela nossa jornalista Thamis de Azevedo, que revelou os planos da implantação da maior termoelétrica do país no Distrito Federal. A reação da sociedade civil organizada foi imediata. Um movimento na surdina com o aval dos órgãos federais do Meio Ambiente já avança em direção a uma audiência pública, sem a publicização necessária.

■ Todos os planos energéticos do país a partir dos anos 50 sempre contemplaram o Planalto Central com o fornecimento de energia elétrica. Razões estratégicas que se intensificaram nos governos militares. Falta regência em Brasília? A resposta é um sonoro não. O Distrito Federal não vive em nenhuma crise energética.

■ O mistério se torna maior quando o empresário envolvido no projeto é o baiano, de origem galega, Carlos Suarez, que neste caso atua até agora de forma dupla: é o dono da companhia Termonte que propõe a instalação da mega-termoelétrica e dono da Transportadora de Gás Brasil Central (TGBC), companhia que vai operar o gasoduto de São Paulo até Brasília. Uma logística que torna o projeto ainda mais surpreendente. Como a capital federal não possui gás, ele terá de ser trazido através de dutos milionários. É exatamente este ponto que o verdadeiro motivo desta aberração de colocar no ano da COP 30, na capital do país, uma termoelétrica que utiliza combustíveis fósseis e vai ajudar a poluir o ar do Planalto Central.

■ Pouca gente se deu conta que Carlos Suarez é o dono da TermoGás, a empresa que possui 75% das ações da empresa de economia mista CEBGÁS, ou outros 25% pertencente a Companhia de Energia de Brasil, que passou a distribuição para a NeoEnergia e criou uma sub-

sidiária, constituída em 20 de março de 2001, com sede na Cidade de Brasília/DF, como uma sociedade por ações de Economia Mista, autorizada pela Lei Distrital no 2.518, de 10 de janeiro de 2000, com a finalidade de distribuir gás combustível canalizado, com exclusividade, a todo o Distrito Federal.

■ Com o gasoduto na porta, esta empresa passa a valer milhões e poderá ter o negócio de gás canalizado no Distrito Federal. O próprio site da CEBGÁS aponta a fórmula e a sua torcida pelo gasoduto. Ele afirma: “O Distrito Federal não é abastecido por gasoduto de transporte que possa garantir o suprimento contínuo de gás, e até que o processo de implantação deste se materialize, a solução que vem sendo utilizada pela CEBGÁS para atendimento ao segmento veicular no Distrito Federal é o suprimento de estoques de gás natural liquefeito, cujo transporte é feito por carreta.” Não há dúvidas. A CEBGÁS aposta na ligação tubular que só a existência de uma usina termoelétrica justificaria o financiamento da sua instalação por “questões estratégicas”.

■ Hoje a empresa ocupa apenas dois conjuntos de salas no Edifício Casablanca II, em Brasília, e no seu site o logo que aparece é Gás Pará, uma piada pronta com a COP 30.

■ O modelo da CEBGÁS é o mesmo que ele adota em outras concessões. Mantém a empresa como economia mista, com o controle das ações PN. A CEB detém hoje 56,25% das Ações ON, a TermoGás 43,75%. Nas ações PN o quadro muda. A CEB com 9,38% e a companhia de Suarez 90,62%. O quadro final é TermoGás com 75% e a Companhia Energética de Brasília com 25%.

■ Este negócio da termoelétrica “quase invisível” que beneficia a CEBGÁS e turbina os negócios de Carlos Suarez precisa ser analisado com lupa pela Câmara Legislativa Distrital e até ganhar uma CPI para avaliar este negócio milionário que envolve a distribuição de gás na capital federal. Afinal, jabuti não sobe em árvore e nem usina termoelétrica brota, com gasoduto, na capital federal do país.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã



Plenário lotado para prestigiar a homenagem à primeira mulher eleita presidente da OAB-RJ em 94 anos



Flávia Freitas/OAB-RJ



Flávia Freitas/OAB-RJ

A homenageada, Ana Tereza Basílio ao lado do presidente da Casa, vereador Carlo Caiado, além dos vereadores Rafael Aloísio Freitas (d) e Pastor Deangelis (e)



Flávia Freitas/OAB-RJ

Ana Tereza Basílio sendo condecorada pelo presidente da Câmara, vereador Carlo Caiado



Presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basílio foi homenageada com a medalha Chiquinha Gonzaga

‘Início de Mandato – Orientações aos Gestores’ - I

Fotos Ascom TCE-RJ

Com foco na atuação preventiva, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) realizou, nesta terça-feira (18), o primeiro dia do evento “Início de Mandato – Orientações aos Gestores”. Além do governador Cláudio Castro, a capacitação reuniu 25 prefeitos, 70 secretários e assessores municipais e representantes do Ministério Público do Estado (MPRJ), do Tribunal de Justiça do Estado (TJRJ) e da Assembleia Legislativa fluminense (Alerj). Nesta quarta-feira (19), o encontro será voltado para os presidentes de Câmaras Municipais e secretários.

Durante o primeiro dia, o conselheiro-presidente do TCE-RJ, Márcio Pacheco, destacou as iniciativas do Tribunal para estreitar a relação com os gestores públicos, ressaltando o papel da Escola de Contas e Gestão (ECG) na oferta de cursos gratuitos para prefeitos e servidores. O conselheiro também anunciou uma inovação, no trâmite processual do Tribunal: o Processo Prévio de



Tribunal reuniu 25 prefeitos fluminenses no primeiro dia de capacitação



O governador Cláudio Castro junto ao conselheiro-presidente do TCE-RJ, Márcio Pacheco, durante o evento

Verificação (PPV). O evento contou ainda com palestras de especialistas do TCE-RJ e

anúncios de projetos que estão em andamento no tribunal. Além do governador, es-

tiveram presentes o secretário de Estado das Cidades, Douglas Ruas; os deputados estaduais Rodrigo Amorim e Fred Pacheco; Sthefania Mendonça Rodrigues, secretária-geral do Núcleo de Auditoria Interna, representando o TJRJ; Eduardo Lima Neto, subprocurador-geral de Justiça de Administração; Vittorio Constantino Provenza, procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE-RJ; e Patrícia Rodrigues Fernandes, secretária-geral de Controle Externo do TCE-RJ.

Fernando Molica

O bye, bye, Xandão e a batalha de Itararé na Câmara

A fuga do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para os Estados Unidos e seu pedido de licença do mandato transformaram a briga pela Comissão de Relações Exteriores em uma nova versão da Batalha de Itararé, aquela que não aconteceu.

A própria decisão de Eduardo tem algo do espírito de Itararé — da batalha que não houve, não do ilustre jornalista e humorista Apparício Torelly (1895-1971), autoproclamado barão que resolveu abrilhantar seu inexistente título de nobreza com o nome da cidade paulista que não sediou qualquer disputa na Revolução de 1930.

Eduardo, que não foi sequer indiciado nas investigações sobre a trama golpista, alegou que foi para o exterior para evitar a apreensão de seu passaporte, um novo capítulo de uma suposta persegui-

ção judicial sofrida por sua família e por correligionários.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, não poupa tinta de sua caneta, mas seria praticamente impossível que ele mandasse segurar o passaporte do deputado com base nas alegações de parlamentares petistas, entre eles, Lindbergh Farias (RJ), líder do partido na Câmara.

Como bem pontuou o procurador-geral da República, Paulo Gonet, em decisão divulgada após o exílio voluntário de Eduardo, os deputados não indicaram nada que pudesse caracterizar a atuação do colega como algo atentado à soberania do país. Ele exerce seu direito de espernear, mas, até agora, não surgiu nenhuma evidência de que esteja, por exemplo, tramando uma invasão norte-americana ao Brasil.

A eventual e injustificada apreensão de seu passaporte serviria apenas para reforçar argumentos da família Bolsonaro. Xandão não foge à luta, gosta de briga, mas sabe que essa atitude só fragilizaria sua imagem.

Na prática, Eduardo correu de uma batalha que, como a de Itararé, não passava de uma especulação. A menos, claro, que ele tema investigações que apontem o que ele fez ao longo da articulação para derrubar a democracia e garantir a continuidade de seu pai no poder. Ele sabe o que fez no passado recente da nossa história.

A atitude do deputado reforça a ideia do risco de fuga de denunciados pelo movimento que culminou na intentona de 8 de Janeiro. Ao escapar de quem não estava atrás dele, Eduardo abriu caminho para que o Ministério Público e a Justiça tomem atitudes mais restritivas em rela-

ção aos suspeitos que ainda conservam seus passaportes.

A encenação que culminou com a viagem também revela o excesso de importância dado por setores da sociedade — nós, jornalistas, estamos no bolo — à história da presidência da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Não se trata de desqualificar o cargo, é evidente que, como presidente, Eduardo teria sua voz fortalecida, falaria em nome de uma instituição, seria, talvez, mais ouvido no exterior. Mas tudo ficaria por aí. A decisão de dar bye, bye, Xandão indica que nem Eduardo acreditava no poder da cadeira.

Ao se mandar para os Estados Unidos, o deputado procura reforçar a denúncia de uma suposta ditadura do Judiciário, um conceito que revela oportunismo, principalmente vindo do integrante de

uma família e de um grupo político que sabem muito bem o que ocorria quando militares mandavam e desmandavam.

Diferentemente do Barão de Itararé, os acusados pela tentativa de golpe não precisam colocar, na porta de casa ou do local de trabalho, a placa “Entre sem bater”: afixada por Torelly depois de ser sequestrado e espancado por militares da Marinha, revoltados por artigos que escrevera sobre a Revolta da Chibata.

Provocador, destemido, dono de um senso de humor ferino, o Barão de Itararé não corria das batalhas. E adoraria tecer comentários sobre preces dirigidas a pneus e orações à porta de quartéis. Na ausência dele, vale ao menos lembrar, em homenagem a esses tempos tão caricaturais, uma de suas frases mais famosas: “De onde menos se espera, daí é que não sai nada.”